

LEI Nº 6.404 DE 21 DE MAIO DE 1992 - (REVOGADA)

(Publicada no Diário Oficial de 22/05/1992)

Alterada pelas Leis nºs 6.861/95; 7.138/97 e 7.438/99.

A Lei nº 7.503/99, com efeitos a partir de 14/08/99, incorpora o patrimônio do FUNDECON ao FUNDESE.

Revogada pela Lei nº 7.599.

Institui o Fundo de Defesa da Economia Baiana – FUNDECON

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Fundo de Defesa da Economia Baiana - FUNDECON, com os seguintes objetivos:

I – promover a equalização da carga tributária no campo de incidência do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS, de modo a preservar a capacidade de concorrência de setores econômicos deste Estado, quando a solução não puder ser alcançada via mecanismos tributários;

II - fomentar a manutenção de atividade econômica que esteja em processo de inviabilização, em razão de vantagens ou incentivos concedidos em outras Unidades da Federação.

III - garantir aos produtores rurais a compensação de eventuais diferenças entre índices de atualização de financiamentos específicos e a variação dos preços dos produtos agrícolas envolvidos, desde que os financiamentos sejam destinados à recuperação de lavouras afetadas por fatores endêmicos e epidêmicos e tenham sido contratados junto a instituições oficiais de crédito e amparados por programas oficiais.

Nota: O inciso III foi acrescentado ao art. 1º pela Lei nº 6.861, de 01/06/95, DOE de 02/06/95, efeitos a partir de 02/06/95.

IV - garantir as condições previstas no inciso seguinte aos financiamentos destinados a:

a) implantação, neste Estado, de unidades industriais de automotores, bicicletas e triciclos, inclusive seus componentes, partes, peças, conjuntos e subconjuntos – acabados e semi-acabados – pneumáticos e acessórios;

b) projetos do setor agropecuário de relevante interesse para a economia baiana, na forma que dispuser o regulamento;

Nota: O inciso IV foi acrescentado ao art. 1º pela Lei nº 7.138, de 30/07/97, DOE de 31/07/97, efeitos a partir de 31/07/97.

V - os financiamentos concedidos na forma do inciso anterior obedecerão às seguintes condições:

a) prazo de carência de até 5 (cinco) anos;

b) incidência de taxa de juros de até 6% (seis por cento) ao ano, sem atualização monetária;

c) prazo de até 10 (dez) anos para pagamento de cada parcela financiada.;

Nota: O inciso V foi acrescentado ao art. 1º pela Lei nº 7.138, de 30/07/97, DOE de 31/07/97, efeitos a partir de 31/07/97.

Art. 2º Os recursos do FUNDECON terão as seguintes fontes:

I – dotações fixadas no Orçamento Fiscal do Estado, em limites definidos anualmente, na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II – receitas decorrentes da aplicação dos seus recursos;

III – recursos de origem interna ou externa, decorrentes de financiamentos;

IV- outros recursos que lhe venham a ser destinados.

Parágrafo único. Fica facultado, mediante convênio, aporte de recursos para o Fundo, pelos Municípios em cujos territórios estejam localizados os empreendimentos beneficiados.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no Orçamento Fiscal vigente, nos Encargos Gerais do Estado, crédito especial, no valor de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros), para a constituição do FUNDECON.

Art. 4º Os recursos do FUNDECON se destinam a financiamentos que visem assegurar o cumprimento dos objetivos previstos nesta Lei, desde que:

Nota: A atual redação do "caput" do art. 4º foi dada pela Lei nº 7.138, de 30/07/97, DOE de 31/07/97, efeitos a partir de 31/07/97.

Redação original, efeitos até 30/07/97:

"Art. 4º Os recursos do FUNDECON se destinam a financiamentos de curto prazo, visando assegurar o cumprimento dos objetivos previstos nesta Lei, conforme a seguir:"

I – para atendimento do inciso I do artigo 1º, o financiamento será no montante equivalente ao dobro da diferença de carga tributária de ICMS a que tenham sido onerados, no mês anterior, os contribuintes estabelecidos neste Estado, comparativamente com os seus concorrentes, contribuintes em outros Estados, e relativamente às mercadorias ou serviços e às operações ou prestações idênticas;

II – para atendimento do inciso II do artigo 1º, o financiamento será no valor aprovado por órgãos definidos pelo Poder Executivo.

III - a compensação de que trata o inciso III, do artigo 1º, será absorvida pelo FUNDECON, através da utilização de recursos especificamente alocados, e corresponderá ao valor da diferença entre o montante da atualização monetária decorrente dos índices aplicados pelas instituições financeiras nas operações de crédito contratadas e o montante da atualização monetária destas mesmas operações de crédito, decorrente da aplicação do índice de variação do preço do produto da lavoura objeto do financiamento.

Nota: O inciso III foi acrescentado ao art. 4º pela Lei nº 6.861, de 01/06/95, DOE de 02/06/95, efeitos a partir de 02/06/95.

IV - para atendimento do inciso IV do art. 1º, observada a disposição do § 7º;

Nota: O inc. IV foi acrescentado ao art. 4º pela Lei nº 7.138, de 30/07/97, DOE de 31/07/97, efeitos a partir de 31/07/97.

§ 1º O Poder Executivo definirá as operações ou prestações e as mercadorias ou serviços que ensejam a obtenção do benefício ora estabelecido, identificando, inclusive, as regiões beneficiadas.

§ 2º O financiamento será concretizado mediante a celebração de contrato entre o Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S/A – DESENBANCO e o contribuinte beneficiado, e terá prazo de duração de 90 (noventa) dias.

§ 3º O financiamento será concedido mediante prévia garantia, real ou fidejussória.

§ 4º Nas operações referentes aos incisos “I” e “II” deste artigo, o financiamento só será concedido ao contribuinte que comprovar o recolhimento do tributo e ofertar os seus produtos com preços e qualidades semelhantes aos dos seus concorrentes estabelecidos no Estado vizinho.

Nota: A atual redação do § 4º do art. 4º foi dada pela Lei nº 6.861, de 01/06/95, DOE de 02/06/95, efeitos a partir de 02/06/95.

Redação original, efeitos até 01/06/95:

"§ 4º Em qualquer hipótese, o financiamento só será concedido ao contribuinte que comprovar o recolhimento do tributo e ofertar os seus produtos com preços e qualidades semelhantes aos dos seus concorrentes estabelecidos no Estado vizinho."

§ 5º Nos casos de inadimplência, serão adotadas as seguintes providências:

a) caberá ao DESENBANCO desenvolver todos os esforços de cobrança, inclusive judicialmente, se necessário;

b) na hipótese de não pagamento, os prejuízos decorrentes serão compensados à conta do FUNDECON, inclusive os gastos incorridos na demanda judicial;

c) fica vedado novo financiamento ao contribuinte inadimplente.

§ 6º É vedada a concessão de financiamento, com recursos do FUNDECON, às empresas que apresentem restrições cadastrais ou estejam inadimplentes em suas obrigações para com o Fisco Estadual e o Centro de Recursos Ambientais do Estado.

§ 7º Serão absorvidos pelo FUNDECON, mediante aprovação pelo seu Conselho Deliberativo, o diferencial entre o custo dos financiamentos contratados junto a instituições financeiras oficiais e o custo destes mesmos financiamentos, calculados de acordo com as condições contidas no inciso IV ao art. 1º.

Nota: O § 7º foi acrescentado ao art. 4º pela Lei nº 7.138, de 30/07/97, DOE de 31/07/97, efeitos a partir de 31/07/97.

§ 8º Quando se tratar de projeto agropecuário será garantida a compensação da diferença a maior que for apurada entre os índices de atualização do financiamento do projeto específico e a variação do preço do produto, objeto do financiamento, assegurado, em qualquer caso, o valor inicial financiado.

Nota: O § 8º foi acrescentado ao art. 4º pela Lei nº 7.138, de 30/07/97, DOE de 31/07/97, efeitos a partir de 31/07/97.

Art. 4º-A. Poderá ser absorvido pelo FUNDECON o equivalente a até 50% (cinquenta por cento) do custo financeiro que for cobrado do financiado, quando os financiamentos forem contratados junto às instituições financeiras oficiais, relativamente a empreendimentos de

atividades do setor econômico indicadas em resolução do Conselho Deliberativo, desde que de relevante interesse para a matriz industrial do Estado da Bahia.

Parágrafo único. Para que o empreendedor faça jus ao benefício de que trata este artigo, na assinatura do contrato de financiamento entre este e a instituição financeira deverá ter interveniência do DESENBANCO.

Nota: O art. 4º-A foi acrescentado pela Lei nº 7.438, de 18/01/97, DOE de 19/01/97, efeitos a partir de 19/01/97.

Art. 5º Ao contribuinte que quitar o financiamento no prazo de vencimento, será concedido um desconto de até 50% (cinquenta por cento) do valor do débito e encargos financeiros.

Art. 6º Revogado

Nota: O art. 6º foi revogado pela Lei nº 6.861, de 01/06/95, DOE de 02/06/95, efeitos a partir de 02/06/95.

Redação original, efeitos até 01/06/95:

"Art. 6º O financiamento terá os seguintes encargos financeiros:

I – Taxa Referencial de Juros – TR ou outro índice que venha a substituí-la;

II – juros de 12% (doze por cento) ao ano."

Art. 7º Fica criado o Conselho Deliberativo do FUNDECON, constituído pelo Secretário da Fazenda, que o presidirá, pelo Secretário da Indústria, Comércio e Mineração e pelo Secretário da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, que terá as seguintes atribuições:

I - deliberar sobre a habilitação para a concessão de garantias ou financiamentos;

II - declarar a existência dos fatores ou condições previstas e decidir sobre a realização de programas oficiais, fixando, para cada um deles, suas normas operacionais;

III - solicitar aporte de recursos;

IV - acompanhar, controlar e avaliar o desempenho das suas atividades;

V - exercer outras atribuições necessárias ao cumprimento dos seus objetivos.

Nota: A redação atual do art. 7º foi dada pela Lei nº 6.861, de 01/06/95, DOE de 02/06/95, efeitos a partir de 02/06/95.

Redação original, efeitos até 01/06/95:

"Art. 7º O Poder Executivo instituirá uma Secretaria Executiva, composta por membros da Secretaria da Fazenda e da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, que terá as seguintes atribuições, com relação ao FUNDECON:s

I - deliberar sobre a habilitação para concessão do financiamento;

II – decidir sobre suas normas operacionais;

III – solicitar aporte de novos recursos;

IV – acompanhar, controlar e avaliar o desempenho de suas atividades;

V- submeter ao Secretário da Fazenda, relatório semestral de desempenho;

VI – exercer outras atribuições necessários ao cumprimento dos seus objetivos."

Art. 8º O DESENBANCO será o gestor financeiro do FUNDECON, e responsável pela sua operacionalização, segundo as normas estabelecidas pelo Conselho Deliberativo.

Nota: A redação atual do "caput" do art. 8º foi dada pela Lei nº 6.861, de 01/06/95, DOE de 02/06/95, efeitos a partir de 02/06/95.

Redação original, efeitos até 01/06/95:

"Art. 8º O DESENBANCO será o gestor financeiro do FUNDECON e formulará as normas operacionais a serem aprovadas pela Secretaria Executiva do Fundo."

§ 1º O DESENBANCO fará jus à taxa de administração de 3% (três por cento) ao ano, calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo e apropriada mensalmente.

§ 2º O FUNDECON terá contabilidade compatível com o sistema adotado pelo DESENBANCO.

§ 3º O DESENBANCO remeterá à Secretaria Executiva, relatórios trimestrais e anuais sobre as aplicações do Fundo.

§ 4º Na hipótese de extinção do FUNDECON, o seu patrimônio após a devida avaliação, terá a seguinte destinação:

I – 50% (cinquenta por cento) do apurado, será destinada à subscrição e integralização do capital social do DESENBANCO;

II – o remanescente reverterá ao Tesouro do Estado.

Art. 9º Fica o DESENBANCO autorizado a firmar convênio com entidades financeiras oficiais, visando à operacionalização do FUNDECON nas praças em que aquele Banco de Desenvolvimento não mantenha unidade operacional.

Art. 10. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo máximo de 90 (noventa) dias, podendo, inclusive, estabelecer normas complementares, necessárias à construção dos objetivos ora pretendidos.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 21 de maio de 1992.

ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

Governador

Rodolpho Tourinho Neto

Secretário da Fazenda

Waldeck Vieira Ornelas

Secretário do Planejamento, Ciência e Tecnologia

Paulo Ganem Souto

Secretário da Indústria, Comércio e Turismo